

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serveng Energias Renováveis S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Serveng Energias Renováveis S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	2	3.786	1.144	Fornecedores	10	2.620	2.784	17.586	16.160
Aplicações financeiras	4	4.273	63.496	90.955	220.584	Financiamentos	11	-	-	28.442	31.173
						Debêntures		-	-	45.791	45.812
Contas a receber	5 e 12	2.614	2.689	65.727	76.284	Obrigações tributárias		68	149	11.598	12.317
Estoques		-	-	305	262	Obrigações Trabalhistas		131	113	1.294	1.193
Impostos a recuperar	6	5.130	3.087	25.111	21.578	Dividendo a pagar	12	38.470	37.200	40.148	45.171
						Partes relacionadas		2.770	-	-	-
Dividendo a receber	12	26.183	31.135	-	-	Arrendamentos a pagar	9	-	-	5.669	5.151
Despesas antecipadas		-	-	3.838	2.434	Contas a pagar		614	-	3.819	2.573
Outras Contas a Receber		-	6	7.121	2.433			44.673	40.246	154.348	159.549
		38.205	100.416	196.842	324.719	Não circulante					
Não Circulante						Fornecedores	10	-	-	131	131
Depósitos Judiciais		-	-	322	403	Financiamentos	11	-	-	229.146	251.533
Outras contas a receber		-	-	19.832	7.179	Debêntures		-	-	275.514	320.684
Partes relacionadas	12	17.948	42.934	-	-	Obrigações tributárias		-	-	5.068	532
Ativo fiscal diferido	13	9.207	9.685	11.383	19.704	Provisão para desmobilização	9	-	-	9.641	8.857
Investimentos	7	802.865	791.660	-	-	Provisão para demandas judiciais	14	-	-	8	22.468
Imobilizado	8	-	-	1.565.232	1.620.431	Arrendamentos a pagar	9	-	-	76.727	80.903
Intangível		-	-	20.121	6.738	Contas a pagar		-	-	642	290
		830.020	844.279	1.616.889	1.654.455			-	-	596.878	685.397
						Patrimônio líquido	15				
						Capital social		641.213	643.706	641.213	643.706
						Reservas de lucros		182.339	260.742	182.340	260.742
								823.552	904.448	823.552	904.448
						Participação não controladores		-	-	238.953	229.780
								823.552	904.448	1.062.505	1.134.228
Total do Ativo		868.225	944.694	1.813.731	1.979.174	Total do passivo e patrimônio líquido		868.225	944.694	1.813.731	1.979.174

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	16	29.518	28.301	705.659	714.979
(-) Custo dos produtos vendidos	17	(28.875)	(27.960)	(301.070)	(297.819)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		643	341	404.588	417.160
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(20.753)	(19.828)	(41.005)	(40.035)
Resultado de equivalência patrimonial	7	173.127	163.603	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	17	(3.271)	(3.926)	20.724	(4.190)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		149.747	140.191	384.308	372.935
Receitas financeiras	18	12.872	16.948	21.151	28.496
Despesas financeiras	18	(160)	(28)	(71.733)	(84.238)
(=) Resultado financeiro líquido		12.712	16.920	(50.582)	(55.742)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		162.458	157.111	333.726	317.193
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	19	-	-	(71.389)	(78.601)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	19	(478)	(478)	(12.941)	(696)
(=) Lucro líquido do exercício		161.980	156.632	249.395	237.895
Lucro líquido por ação		0,272	0,263	0,419	0,399
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	161.980	156.632
Acionistas não controladores		-	-	87.416	81.263
		-	-	249.395	237.895

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	161.980	156.632	249.395	237.895
Outros resultados abrangentes			-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>161.980</u>	<u>156.632</u>	<u>249.395</u>	<u>237.895</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	161.980	156.632
Acionistas não controladores	-	-	87.416	81.263
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>249.395</u>	<u>237.895</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVAVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Ações de tesouraria	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		643.706	-	20.134	188.409	-	822.250	241.319	1.093.569
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	-	156.632	156.632	81.263	237.895
Reserva legal	15.b	-	-	7.832	-	(7.832)	-	-	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	(37.200)	(37.200)	(7.971)	(45.172)
Dividendos adicional	13	-	-	-	(67.234)	-	(67.234)	(70.454)	(137.688)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	111.601	(111.601)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(14.378)	(14.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		643.706	-	27.966	232.776	-	904.448	229.780	1.134.228
Ações de tesouraria			(2.493)	-	-	-	(2.493)	-	(2.493)
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	-	161.980	161.980	87.416	249.395
Reserva legal	15.b	-	-	8.099	-	(8.099)	-	-	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	(38.470)	(38.470)	(7.344)	(45.814)
Dividendos adicional	13	-	-	-	(201.913)	-	(201.913)	(57.923)	(259.836)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	115.411	(115.411)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(12.975)	(12.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		643.706	(2.493)	36.065	146.274	-	823.552	238.953	1.062.505

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicati va	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		161.980	156.632	161.980	156.632
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores, líquido		-	-	6.153	17.958
(+) Depreciação e amortização	8	-	-	73.674	70.723
(+) Juros e variações monetárias		-	-	67.682	83.136
(-) Lucro não realizado	8	(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
(-) Equivalência patrimonial		(173.127)	(162.281)	-	-
(-/+) (Reversão)/provisão para demandas judiciais		-	-	(22.459)	-
(+) Custo residual de ativo imobilizado baixado		-	-	225	-
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		478	478	478	696
Resultado de ativos e passivo oneroso		-	(1.024)	(14.854)	135
		(9.950)	(7.601)	271.472	327.873
Aumento líquido/(redução) nos ativos					
Aplicação financeira		59.223	(2.397)	129.629	(44.836)
Contas a receber		75	14.849	10.556	8.949
Estoques		-	-	(43)	873
Impostos a recuperar		(2.043)	(2.884)	(3.532)	(1.348)
Despesas antecipadas		-	-	(1.403)	(768)
Outras contas a receber		6	(6)	(17.341)	3.186
Depósitos judiciais		-	-	81	(4)
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		(164)	221	1.426	(16.131)
Obrigações tributárias		(81)	101	3.817	1.371
Obrigações Trabalhistas		19	89	102	156
Outras contas a pagar		614	-	1.598	171
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		57.647	9.973	124.890	(48.382)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Partes Relacionadas		24.986	2.000	-	-
Dividendos recebidos	7	162.788	86.346	-	-
Aquisição de imobilizado		-	-	(15.771)	(1.248)
Juros sobre capital		11.897	13.184	-	-
Investimentos		(8.530)	-	-	-
Ações em tesouraria		(2.493)	-	(2.493)	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		188.648	101.530	(18.264)	(1.248)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(6.498)	(6.514)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	-	-	1.538
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		-	-	(103.280)	(143.808)
Dividendos pagos		(239.113)	(88.927)	(265.678)	(129.445)
Partes relacionados		2.770	(15.000)	-	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(236.343)	(103.927)	(375.455)	(278.229)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		2	(25)	2.642	14
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2	27	1.144	1.130
No fim do exercício		4	2	3.786	1.144
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		2	(25)	2.642	14

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 5, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de janeiro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 2.240, de 23 de agosto de 2016, com o início de sua operação em agosto de 2013.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de quinze parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 167 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 282MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.10.3. Desmobilização

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a sua controladas deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção aos terrenos das empresas do grupo, que não há previsão.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Diferidos

3.12.1. Correntes

Os valores dos impostos são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.12.2. Diferidos

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido detalhamento e demonstrado na (nota 13)

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.16.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento;

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1);

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.18. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.18.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2023	2022
Corumbá Concessões S.A.	Integral - Direto	47,83	47,83
Ventos Potiguares Comercializadora S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	4	2	3.786	1.144
Aplicações financeiras (a)	4.273	63.496	90.955	220.584
	<u>4.277</u>	<u>63.498</u>	<u>94.741</u>	<u>221.728</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber (a)	2.614	2.689	65.727	76.284
	<u>2.614</u>	<u>2.689</u>	<u>65.727</u>	<u>76.284</u>

- (a) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS retido na fonte (a)	1	-	2.673	2.582
COFINS retido na fonte (a)	3	1	12.119	11.816
IR retido na fonte (b)	4.933	2.940	9.793	6.804
IRPJ Estimativa (c)	137	103	137	103
CSLL Estimativa (c)	52	40	52	40
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	-	-	228	-
Outros impostos a recuperar	4	3	109	233
	<u>5.130</u>	<u>3.087</u>	<u>25.111</u>	<u>21.578</u>

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
- (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio;
- (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2024	2022
Saldo inicial	791.660	719.547
(+) Recebimentos de dividendos (a)	(137.643)	(65.696)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	185.024	176.787
(-) Recebimento dos juros sobre capital próprio	(11.897)	(13.184)
(-) Ajuste de equivalência do dividendo desproporcional das ações	(2.125)	(1.322)
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.214)
(-) Amortização dos lucros não realizados	1.407	1.407
(+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital	8.530	6.470
(-) Dividendos propostos (b)	(32.091)	(31.135)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>802.865</u>	<u>791.660</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	31.135	26.660
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	131.653	120.386
Total de Investimento	<u>162.788</u>	<u>147.047</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$162.788 mil, desse valor R\$125.746 referem se a dividendos adicionais de 2024, R\$31.135 mil referem se a dividendos propostos de 2023 recebidos durante o exercício de 2024 e R\$5.907 de adiantamento correspondente ao dividendo proposto de 2024 da Corumba Concessões S.A.;

- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Patrimonio Líquido	Lucro não realizado / AFAC	Participação no Capital	2024	2023	2024	2023
Ventos Potiguares	264.628	(27.079)	100,00%	237.549	261.769	80.823	82.891
Ventos Fortes	330.545	-	100,00%	330.545	312.736	23.357	19.443
Energia Potiguar	74.350	-	0,01%	6	6	1	1
Morro dos Ventos	73.344	-	0,01%	6	6	1	2
Canto da Ilha	39.220	-	0,02%	6	7	1	2
Esquina dos Ventos	44.394	-	0,02%	6	7	1	1
Pontal do Nordeste	47.009	-	0,01%	6	6	1	1
Ilha dos Ventos	41.559	-	0,02%	7	6	1	1
Torres de Pedra	71.279	-	0,01%	6	6	1	1
Ponta do Vento Leste	70.798	-	0,01%	6	6	1	1
Torres de São Miguel	35.950	-	0,02%	6	6	1	1
Campina Potiguar	43.994	-	0,02%	6	7	1	2
Corumbá Concessões	458.061	-	47,83%	219.108	210.697	80.156	74.514
Serveng Energia Imob	15.601	-	100,00%	15.602	6.394	677	(76)
				<u>802.865</u>	<u>791.660</u>	<u>185.023</u>	<u>176.787</u>

8. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2024	2023
Terrenos	509	509
Veículos	3.473	271
Reservatórios, barragens e adutoras	373.846	385.180
Aerogeradores	1.015.150	1.062.298
Instalações e benfeitorias	37.773	29.838
Equipamentos de informática	724	493
Máquinas e equipamentos	113.409	114.080
Móveis e utensílios	374	382
Direito de uso	43.768	47.676
(-) Lucro não realizado	(27.079)	(28.486)
Imobilizado em andamento	3.285	8.188
	<u>1.565.232</u>	<u>1.620.431</u>

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições / Baixas / Transf.	2023	Adições / Baixas / Transf.	2024
Custo						
Terrenos		509	-	509	-	509
Veículos		3.230	163	3.393	4.038	7.431
Reservatórios, barragens e adutoras		570.823	-	570.823	230	571.053
Aerogeradores		1.414.296	173	1.414.469	-	1.414.469
Instalações e benfeitorias		40.442	-	40.442	9.410	49.852
Equipamentos de informática		1.190	32	1.253	409	1.662
Máquinas e equipamentos		216.101	869	216.970	6.619	223.589
Móveis e utensílios		697	3	700	21	721
Direito de uso		59.819	2.654	62.472	(212)	62.260
(-) Lucro não realizado	-	(29.892)	1.407	(28.486)	1.407	(27.079)
Imobilizado em andamento	-	1.258	6.931	8.188	(4.903)	3.285
		<u>2.278.470</u>	<u>12.232</u>	<u>2.290.733</u>	<u>17.019</u>	<u>2.307.752</u>
Depreciação						
Veículos	3,3	(2.771)	(350)	(3.122)	(836)	(3.958)
Reservatórios, barragens e adutoras	4 a 25	(174.095)	(11.547)	(185.643)	(11.564)	(197.207)
Aerogeradores	4 a 25	(305.023)	(47.148)	(352.171)	(47.148)	(399.319)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(9.255)	(1.348)	(10.603)	(1.476)	(12.079)
Equipamentos de informática	4 a 25	(617)	(112)	(761)	(177)	(938)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(96.056)	(6.835)	(102.891)	(7.289)	(110.180)
Móveis e utensílios	4 a 25	(286)	(32)	(318)	(29)	(347)
Direito de uso		(9.885)	(4.911)	(14.796)	(3.696)	(18.492)
		<u>(597.988)</u>	<u>(72.284)</u>	<u>(670.303)</u>	<u>(72.215)</u>	<u>(742.520)</u>
		<u>1.680.483</u>	<u>(60.052)</u>	<u>(1.620.41)</u>	<u>(55.196)</u>	<u>(1.565.232)</u>

9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	62.260	62.472
Amortização do exercício	(18.492)	(14.796)
Saldo contábil líquido	<u>43.768</u>	<u>47.676</u>
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.367	9.062
(-) Juros a apropriar	(3.698)	(3.911)
	<u>5.669</u>	<u>5.151</u>
Arrendamento a pagar	99.999	105.450
(-) Juros a apropriar	(23.271)	(27.218)
Provisão de Desmobilização (a)	9.641	8.857
	<u>86.369</u>	<u>87.089</u>
Saldo contábil líquido	<u>92.038</u>	<u>92.240</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

- (a) As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre as outorgasse e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	<u>Consolidado</u>
2025	5.669
2026	5.669
2027	5.669
2028	5.669
2029 em diante	54.052
	<u><u>76.728</u></u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

10. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	<u>2.620</u>	<u>2.784</u>	<u>17.586</u>	<u>16.160</u>
	<u><u>2.620</u></u>	<u><u>2.784</u></u>	<u><u>17.586</u></u>	<u><u>16.160</u></u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

11. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Financiamento BNDES	-	-	-	-
Financiamento BNB (b)	-	-	257.588	282.706
Debêntures (a)	-	-	321.305	366.496
Capital de Giro	-	-	-	1.538
Saldo contábil	-	-	578.893	649.202
Circulante	-	-	74.233	76.985
Não Circulante	-	-	504.660	572.217

Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
647.664	-	60.974	(129.745)	578.893

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica.

- A companhia tem a obrigatoriedade de manter o caixa mínimo: maior ou igual a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em aplicações financeiras inferior a 360 dias com liquidez diária verificados no conjunto da Emissora e suas controladas. (nota 4)
- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

12. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ventos Potiguares	19.196	19.687	-	-	-	-
Corumbá	1.437	6.827	-	-	-	-
Ventos Fortes	5.547	4.618	-	-	-	-
Parques Eólico – UV1 à UV10	3	3	-	-	-	-
Soares Penido	-	-	-	37.044	-	37.044
Itaguaçu Investimentos	-	-	38.470	-	38.470	-
Outros acionistas	-	-	-	156	1.678	8.127
	<u>26.183</u>	<u>31.135</u>	<u>38.470</u>	<u>37.200</u>	<u>40.148</u>	<u>45.171</u>

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ventos Fortes	17.948	42.934	-	-
	<u>17.948</u>	<u>42.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. ATIVO DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais e prejuízos fiscais na apuração.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	6.770	7.121	14.488	14.488
CSLL	2.437	2.564	5.216	5.216
Total	<u>9.207</u>	<u>9.685</u>	<u>19.704</u>	<u>19.704</u>

Controladora - Movimentação

Descrição	2024	Movimentação (a)	2023	Movimentação (a)	2022
IRPJ	6.770	(352)	7.121	(352)	7.473
CSLL	2.437	(127)	2.564	(127)	2.690
	<u>9.207</u>	<u>(478)</u>	<u>9.865</u>	<u>(478)</u>	<u>10.163</u>

Consolidado - Movimentação

Descrição	2023	Movimentação (a)	2023	Movimentação (a)	2022
IRPJ	8.370	(512)	14.488	(512)	15.000
CSLL	3.013	(184)	5.216	(184)	5.400
	<u>11.383</u>	<u>(696)</u>	<u>19.704</u>	<u>(696)</u>	<u>20.400</u>

(a) Nota explicativa 19

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas não são parte de ações cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, no exercício de 2024.

14.1. Ações das controladas possíveis

14.1.1. Ações cíveis

- a. A controlada Ponta do Vento Leste Geradora Eolica S.A. faz parte em uma ação de natureza indenizatória, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas a indenizações e execuções, feita pelo recebimento de valor igual ao dobro do valor dos fretes supostamente realizados, em virtude de não terem sido pagos antecipadamente, conforme dita a Lei nº 10.209/2001, cuja está sob responsabilidade da Controlada no montante de R\$59mil em 31 de dezembro de 2024.
- b. A controlada Morro dos Ventos Geradora Eolica S.A. faz parte em uma ação de natureza indenizatória, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas a indenizações e execuções, feita pelo recebimento de valor igual ao dobro do valor dos fretes supostamente realizados, em virtude de não terem sido pagos antecipadamente, conforme dita a Lei nº 10.209/2001, cuja está sob responsabilidade da Controlada no montante de R\$53mil em 31 de dezembro de 2024.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

14.1.2. Ações trabalhistas

As Companhias Controladas fazem parte em uma ação natureza trabalhista em nome do Consórcio Parque Eólico através do polo passível, as quais têm como objeto discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob discussão o montante de R\$1.496mil em 31 de dezembro de 2024.

Consoiciadas	Controladas / Não controladas	Participação em %	Participação em R\$
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	114
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	114
Ponta do Vento leste Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	114
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	56
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	8,13%	122
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,34%	65
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	73
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	73
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	56
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	73
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	8,54%	128
Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	6,40%	96
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	7,11%	106
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Não Controlada	10,68%	160
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	9,79%	146
Total da Ação		100%	1.496
Controladas		57,48%	860
Não Controlada		42,52%	636

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$643.706 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 595.386 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Tendo ações de tesouraria no montante de R\$2.493.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$27.966mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$20.134mil em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2023
Saldo inicial	27.966	20.134
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	8.099	7.832
	<u>36.065</u>	<u>27.966</u>

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	161.980	156.632
Constituição da reserva legal (5%)	(8.099)	(7.832)
Base de Cálculo dos dividendos	<u>153.881</u>	<u>148.801</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>(38.470)</u>	<u>(37.200)</u>
	<u>115.411</u>	<u>111.601</u>

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$146.274 (R\$232.776 em 2023).

16. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2024	2023	Consolidado	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas				
Venda de energia	32.527	31.186	752.158	462.336
Impostos sobre faturamento	(3.009)	(2.885)	(46.499)	(47.357)
Receita líquida	<u>29.518</u>	<u>28.301</u>	<u>705.659</u>	<u>714.979</u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação e amortização	-	-	(72.783)	(70.723)
Custo do produto vendido	(29.322)	(28.285)	(198.689)	(199.614)
Serviços de terceiros	(5.270)	(7.684)	(31.601)	(24.421)
Arrendamento de terra	(79)	(59)	(504)	(83)
Despesas com pessoal	(14.699)	(11.405)	(28.425)	(20.744)
Despesas com serviços	-	-	-	(318)
Despesas tributárias	(1.182)	(1.438)	(2.023)	(2.619)
Centro de serviços compartilhados	-	-	-	(294)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(2)	325
Outros	(2.346)	(1.520)	12.776	(23.552)
	<u>(52.898)</u>	<u>(50.391)</u>	<u>(321.251)</u>	<u>(342.043)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas administrativas (i)	(28.875)	(19.828)	(301.070)	(40.035)
Custo do produto vendido	(20.753)	(27.960)	(41.005)	(297.819)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(3.671)	(2.603)	20.724	(4.190)
	<u>(52.299)</u>	<u>(50.391)</u>	<u>(321.351)</u>	<u>(342.043)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	975	3.750	20.789	27.199
Juros recebidos ou incorridos	-	14	-	1.297
Juros sobre capital próprio	11.897	13.184	-	-
Descontos obtidos	-	-	55	-
	<u>12.872</u>	<u>16.948</u>	<u>20.844</u>	<u>28.496</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(63.018)	(78.082)
Juros sobre arrendamento	-	-	(6.224)	(5.054)
Despesas bancárias	(4)	(5)	(441)	(129)
Juros incorridos	(53)	(1)	(1.324)	-
Outros	(103)	(22)	(419)	(973)
	<u>(160)</u>	<u>(28)</u>	<u>(71.426)</u>	<u>(84.238)</u>
Total	<u>12.712</u>	<u>16.920</u>	<u>(50.582)</u>	<u>(55.742)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

20.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

20.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	17.717	-	-
Financiamentos e debentures	74.233	148.466	281.961

20.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

20.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R\$167.589 no consolidado e R\$6.891 na controladora (R\$300.445 no consolidado e R\$66.193 na controladora em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

20.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

20.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.786	1.144	3.786	1.144
Aplicações financeiras	90.955	220.584	90.955	220.584
Contas a receber	65.727	76.284	65.727	76.284
Outras contas a receber	7.121	2.433	7.121	2.433
Total	167.589	300.445	167.589	300.445

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Passivos financeiros				
Fornecedores	17.586	16.160	17.586	16.160
Financiamentos e Debêntures	578.893	649.202	578.893	649.202
Outras contas a pagar	4.461	2.863	4.461	2.863
Total	600.940	668.225	600.940	668.225

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.786	-	-
Aplicações financeiras	-	90.955	-
Contas a receber	65.727	-	-
Outras contas a receber	7.121	-	-
Total	76.634	90.955	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	17.586
Financiamentos e Debêntures	-	-	578.893
Outras contas a pagar	-	-	4.461
Total	-	-	600.940

Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.144	-	-
Aplicações financeiras	-	220.584	-
Contas a receber	76.284	-	-
Outras contas a receber	2.433	-	-
Total	79.860	220.584	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	16.160
Financiamentos e Debêntures	-	-	649.202
Outras contas a pagar	-	-	2.863
Total	-	-	668.225

20.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

20.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	21.151	12,15%	2.570	3.212	3.855	1.927	1.285
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(71.733)	7,43%	(5.330)	(6.662)	(7.995)	(3.997)	(2.665)
Resultado financeiro			<u>(2.760)</u>	<u>(3.450)</u>	<u>(4.140)</u>	<u>(2.070)</u>	<u>(1.380)</u>

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
Contador CRC 1 SP 252875/O-1
Contador